

O NASCIMENTO DE UMA VISÃO SOBRE A NEURODIVERSIDADE: um estudo generacional das diversas perspectivas sociais recaídas sobre as pessoas neurodivergentes.

Paulo Emanuel Silva Julião (UFC), pauloemansj@alu.ufc.br

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a tecer uma análise sócio-histórica sobre as diversas visões sociais recaídas sobre as pessoas neurodivergentes, e como essas formas de percepções foram se modificando com o passar do tempo. Para um recorte temporal, foram levados em conta três períodos relevantes para traçar esse debate, sendo eles os séculos XIX, XX e XXI, observando as diversas características que os diferenciam de temáticas sociais acerca da neurodivergência. A análise bibliográfica foi seguida como principal forma metodológica da pesquisa, com enfoque no área da Sociologia da Saúde, foram utilizadas de base principal as obras, “*História da Loucura*” (1961) de Michel Foucault, “*Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*” (1963) de Erving Goffman e “*NeuroDiversity: The Birth of an Idea*” (2016) de Judy Singer, socióloga australiana. Dessa forma, é possível compreender como as relações sociais vividas por pessoas que possuam condições neurodivergentes foram drasticamente se modificando durante os períodos destacados. Iniciando de uma exclusão física e institucional, aliada com a visão do “Louco”, ou mentalmente instável, passando para uma forma de exclusão social e simbólica do indivíduo, pautada no estigma construído sobre esses grupos, e por fim, culminando na compreensão da neurodiversidade, sendo a pessoa neurodivergente um integrante da estrutura social, envolto em uma diversidade de questões interseccionais que o atingem, mas não o tornam anormal. Os resultados apontam que a visão contemporânea rompe com o modelo médico de déficit, ressignificando a condição atípica como uma diferença humana legítima e política. Conclui-se, portanto, que a atual reivindicação por direitos e cidadania plena é fruto de um processo histórico de luta que deslocou a neurodivergência do campo da patologia para o campo da identidade e da justiça social.

Palavras-chave: Sociologia da Saúde. Anticapacitismo. Neurodivergência. Estigma.

1. INTRODUÇÃO

As discussões contemporâneas acerca da neurodivergência e as estratégias de inclusão desses sujeitos configuram-se, como uma das pautas de maior relevância e centralidade no debate público. Contudo, é fundamental reconhecer que a visibilidade alcançada por essa temática não resulta de uma construção linear ou de uma evolução natural da moral social. Pelo contrário, a abertura para esses novos modelos de discurso não foi concedida facilmente, ela é

o produto direto de décadas de tensões, rupturas e resistências contra um histórico de conflitos e violências, tanto institucionais, quanto simbólicas, que visavam o silenciamento da diferença.

Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar as complexas vertentes sócio-históricas que permearam as lutas dos indivíduos neurodivergentes. Tal compreensão não serve apenas como um exercício de registro historiográfico, mas como uma ferramenta política necessária. Ao trazer à tona as dinâmicas de poder que moldaram a sociedade atual, é possível impedir que as conquistas desses grupos sejam apagadas do imaginário social por meio de uma forma de naturalização da realidade contemporânea. Reconhecer a trajetória de dor e resistência é o primeiro passo para garantir que a inclusão deixe de ser vista como um favor e passe a ser entendida como uma reparação histórica e um direito inalienável.

Portanto, ao procurar compreender o que formou a visão social atual acerca das pessoas neurodivergentes, é necessário recair em uma análise histórica e geracional das diversas questões vividas por esses grupos. Alguns períodos se tornam importantes ao traçar uma linha temporal desse desenvolvimento, sendo esses os séculos XIX, XX e XXI, ao representarem pontos de viradas importantes para a abertura dos debates sociais acerca das questões de preconceito e compreensão das relações interpessoais, principalmente quando debatemos acerca de uma análise sociológica. Autores como Michel Foucault, Erving Goffman e a contemporânea Judy Singer, abraçam a temática e possibilitam um diálogo aprofundado sobre a história e a realidade social que perpetuava certas situações de comportamento moral da sociedade. Assim, traçando uma relação entre as diversas obras construídas durante essas décadas, se é possível obter uma forma de esboço do que podemos compreender como uma forma de desenvolvimento da percepção social acerca dos indivíduos neurodivergentes.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as construções geracionais das percepções sociais acerca dos indivíduos neurodivergentes, demonstrando como a visão atual é produto de uma sucessão complexa de acontecimentos, tensões e rupturas paradigmáticas ao longo dos séculos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Investigar como as transições geracionais (séculos XIX, XX e XXI) influenciaram a mudança do estigma para a identidade política.

Compreender a correlação entre as mudanças conceituais e o avanço moral da sociedade em direção a um pensamento inclusivo e anticapacitista.

Examinar o papel das instituições e dos movimentos sociais na reconfiguração da neurodivergência de “doença” para uma forma de identidade social.

3. JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa se encontra na necessidade de compreender as bases sociológicas que sustentam o debate contemporâneo sobre a inclusão. Em um momento em que a neurodivergência ganha centralidade na esfera pública, torna-se necessário ir além do discurso superficial e investigar as raízes históricas que forjaram a identidade desses sujeitos. A atual reivindicação por direitos não é um fenômeno isolado, mas uma resposta política a séculos de silenciamento e violência institucional e social. Portanto, o estudo se baseia na necessidade de desnaturalizar a exclusão, demonstrando que o estigma enfrentado hoje não é uma questão biológica, mas sim, uma construção social formada ao longo do tempo, que exige uma análise crítica para ser superada.

Além disso, a escolha do recorte temporal, dos séculos XIX, XX e XXI, se justifica metodologicamente por representarem épocas importantes para o desenvolvimento social e político da sociedade atual, sendo o século XXI uma representação contemporânea dos seus resultados. Esses períodos não foram selecionados de forma aleatória, mas por representarem marcos decisivos de ruptura na maneira como a sociedade organizou suas estruturas conceituais do que é normalidade e o que é desvio, além de representarem gerações e grupos sociais bem distintos acerca das formas de pensar, além de que uma abordagem de longa duração, como a escolhida, que abrange três séculos, permite observar como as instituições, as leis e o imaginário coletivo se reconfiguraram ao longo de um período de tempo extenso, revelando que as atuais concepções sobre a existência neurodivergente não surgiram do nada, e nem possuíam um avanço rápido e instantâneo. Portanto, revisitar esses três séculos é essencial para entender a gênese dos conflitos e das negociações que operam na atualidade, fornecendo uma base teórica necessária para que a discussão sociológica não se limite apenas presente, mas compreenda o processo que o constituiu, e as obras que moldaram a compreensão atual.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota um modelo de trabalho qualitativo com análise bibliográfica, dialogando com obras conhecidas e importantes na área da Sociologia da Saúde e temáticas que abrangem textos da Filosofia, Sociologia, Psicologia e Medicina Social. Para garantir a organização temática e analítica do estudo, foi estabelecido um recorte temporal que abarca três momentos históricos cruciais para a gênese e transformação do debate sobre as formas de relações com pessoas neuroatípicas, sendo esses os séculos XVII-XIX, XX e XXI. Com base nos períodos apresentados, foram selecionadas três obras base, tomadas aqui como representantes das épocas a serem destacados nesse estudo, capazes de ilustrar fielmente os mecanismos de controle, as interações sociais e as políticas de identidade que definiram o tratamento e o lugar social ocupado pelas pessoas neurodivergentes em cada um dos períodos analisados. Porém, essas obras foram mobilizadas com o auxílio de outros autores, sendo essencialmente a base de cada tópico, mas não os únicos textos.

Os textos escolhidos foram, respectivamente, *“História da Loucura”* (1961) de Michel Foucault, um filósofo francês, *“Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”* (1963) de Erving Goffman, um sociólogo canadense, e *“NeuroDiversity: The Birth of an Idea”* (2016) de Judy Singer, uma socióloga australiana. O texto de Foucault, mesmo que publicado em uma data muito próxima do de Goffman, trata de uma contextualização histórica, apresentando, mais especificamente, os séculos XVII e XIX. A obra de Goffman, ainda no século XX, formula o conceito de Estigma como uma forma de segregação social pautada no estranhamento em relação àqueles que divergem das normas instituídas, essa perspectiva constitui uma base fundamental para a compreensão do capacitismo, permitindo analisar o fenômeno tanto em seu contexto original quanto em suas manifestações na atualidade. E por fim, a obra de Singer, que representando o século XXI, apresenta grande fator de importância para o estudo dos comportamentos neuroatípico, sendo uma socióloga com diagnóstico de autismo, a autora procurou traçar um debate de compreensão acerca dessa área da Sociologia da Saúde, e foi responsável por expandir o conhecimento acerca do termo “NeuroDiversity”, de onde se desenvolveu a ideia de neurodivergência atual.

5. A NEURODIVERGÊNCIA COMO INSTITUIDORA SOCIAL DO SER.

Ao adentrar no debate acerca do comportamento social na interação com pessoas neuroatípicas a questão do ser “diferente” aparece de forma negativa e segregacional,

fomentando uma distorção das bases de interações sociais normalmente realizadas. Isso se alinha à um conceito muito interessante apresentado pelo Antropólogo brasileiro Luiz Fernando Dias Duarte, o de “perturbações físico-morais”¹, onde se compreende que as situações, a corporeidade, e as condições de um certo indivíduo, tendem a causar uma ruptura moral naqueles com quem mantêm uma interação. Para o antropólogo, as doenças “mentais” se encaixam nesse conceito ao interagirem com tanto o caráter moral, como o psicológico dos seres.

As doenças chamadas de “mentais” ocupam certamente um lugar preeminente nessa ordem de fenômenos, por se desenvolverem justamente a cavaleiro da discutida fronteira entre o “moral” ou “psicológico” (expressão nativa preferencial dos portadores das representações modernas individualizantes). (Duarte, 2003, p. 177)

O tensionamento das estruturas morais dos indivíduos, ocasionam na diferenciação comportamental das relações entre eles, e quando tratamos dessa relação, em específico com pessoas atípicas, é comum que acabe sendo criada uma situação envolta de preconceito, ou como chamamos nesse caso específico, Capacitismo. Na atualidade essa questão vem sendo combatida por meio de uma inclusão social desses grupos, ação que veio para bater de frente com a realidade histórica de segregação e estigmatização desses grupos.

5.1. SÉCULOS XVII-XIX E A PERSONA DO “LOUCO”: MICHEL FOUCAULT.

Com base nessa compreensão do indivíduo atípico, é possível observar como essa visão não é base de uma ideia atual de interação social com esses grupos, mas sim uma construção histórico-social que transpassa diversas épocas e séculos. As percepções acerca dos indivíduos atípicos, ou “desviantes”, não atingiam unicamente o caráter social da realidade, mas também eram condicionantes de uma segregação física desses grupos. Durante muitos anos, as doenças de caráter “mental” eram todas colocadas em uma mesma vertente de compreensão e tratamento, logo eram vistas não de uma forma diversa, mas sim excludente e estereotipada, colocando todas as formas de transtornos em um mesmo diagnóstico, o de “Louco”.

A ideia do “Louco” vai além da ideia comumente relacionada com a esquizofrenia ou atitudes delirantes, mas abrangia uma gama de possibilidades, como a Melancolia, como se era chamada a Depressão na época, a Demência, conceito muito próximo da esquizofrenia, a

¹ Duarte, 2003, p. 177.

Hipocondria, conceito que pode ser caracterizado na atualidade como a ansiedade, e diversas outros diagnósticos, ao qual Foucault os categoriza como “Figuras da Loucura”². Obras como “*O Alienista*”, de Machado de Assis, abordaram essa temática, trazendo à tona a ideia da má responsabilidade de diagnósticos de insanidade. Agora, quando tratamos especificamente da Neurodivergência, o modelo de “doença” que mais se assemelhava à esse grupo era o da Mania, Foucault descreve esse modelo de diagnóstico da seguinte forma: “O delírio dos maníacos não é determinado por um vício particular do juízo; constitui uma falha na transmissão das impressões sensíveis ao cérebro, uma perturbação da informação.” (Foucault, 1978, p. 299), ou seja, não diretamente afeta a mentalidade do ser, mas sim questões mais neurológicas, que podem se correlacionar com o entendimento do comportamento atípico.

O Louco então, passa a representar, para os grupos estatais, uma forma de perigo àqueles que vivem no entorno desses indivíduos,

O louco torna-se relativo, mas nem por isso está mais desarmado de seus poderes perigosos; ele que, no pensamento da Renascença, configurava a presença próxima e perigosa, no âmago da razão, de uma semelhança demasiado interior, é agora repellido para a outra extremidade do mundo, posto de lado e mantido. Sem condições de inquietar, através de uma dupla segurança, uma vez que representa a diferença do Outro na exterioridade dos outros. (Foucault, 1978, p. 203)

Assim, durante os séculos XVII-XIX, e metade do século XXI, a separação vivida por esses grupos não abrangia apenas o social, mas também o físico, com uma segregação fomentada pelo aprisionamento. Pois com a criação da ideia de perigo, o estado e a medicina, construíram uma forma de explicação da necessidade de lidar com esses indivíduos “instáveis” com a reclusão, pois não seriam seres passíveis de viver em sociedade.

A existência das Internações, ou Manicômios³, eram os principais meios de “tratamento” dos chamados Loucos, a separação da sociedade era vista como uma forma de poupar a população de lidar com esses grupos mentalmente complexos, os tornando seres alheios ao social. Questões como a característica da pobreza, e a impossibilidade de trabalhar, traziam para o ser da pessoa “instável mentalmente” uma certa inutilidade social, o que possibilita a formalização da ideia da internação como solução de tratamento com esses grupos.

² Foucault, 1978, p. 278.

³ O termo “Manicômio” foi instituído posteriormente ao Século XVII, sendo cunhado apenas no Século XIX, período do recorte final que Foucault traz em seu texto, logo, as questões de internações nesse período eram ligadas essencialmente aos Hospitais.

A internação é uma criação institucional própria ao século XVII. Ela assumiu, desde o início, uma amplitude que não lhe permite uma comparação com a prisão tal como esta era praticada na Idade Média. Como medida econômica e precaução social, ela tem valor de invenção. Mas na história do desatino, ela designa um evento decisivo: o momento em que a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo; o momento em que começa a inserir-se no texto dos problemas da cidade. (Foucault, 1978, p. 89)

Enquanto forma de controle estatal, apoiado inclusive pelas instituições religiosas, os manicômios apresentavam diversas questões que os rodeavam, e que ao mesmo tempo que prometiam uma ideia da proteção aos indivíduos que aparentemente não teriam “condições de viver em sociedade”, apresentavam situações de violências, tanto físicas, quanto mentais, como os ditos “pacientes do local”. Atos como a internação obrigatória demonstram Microfísicas do Poder⁴ institucional que fomentam uma forma de totalização do controle do estado sobre os corpos de certos indivíduos que estão em meio a sociedade, “As internações ocorriam de forma automática e arbitrária, ou seja, uma verdadeira autorização de sequestro, privando o paciente de liberdade, mantendo-o em cativeiro.” (Figueiredo; Delevati; Tavares, 2014, p. 128).

Não obstante, quando adentravam essas instituições de reclusão, as situações de tratamento eram degradantes e agressivas, fazendo com que esses novatos fossem expostos à uma nova conceitualidade de si, como um ser diminuto em relação ao resto da sociedade, incluindo aqueles ao qual interagiam, como se o ato de adentrar a essas instituições representasse uma forma de derrota pessoal para o indivíduo.

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despedido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (Goffman, 2007, p. 24)

Goffman, ao também dialogar sobre as estruturas dos manicômios em algumas de suas obras, expressa algumas das questões de controle físico e moral que envolvem esses locais, representando uma jornada de represálias e maus-tratos para todos aqueles que adentram essas

⁴ Conceito criado na obra de mesmo nome “Microfísica do Poder”, uma coletânea de textos de Michel Foucault, organizada pelo filósofo brasileiro, Roberto Machado. Tal termo representa a ideia que as dinâmicas de poder em diversos níveis, tanto estatais quanto pessoais, se expressam por pequenas situações de controle.

instituições como pacientes. O internado passa de um ser moralmente construído em sociedade, para um indivíduo externo e anti-social, descobrindo que certos papéis ao qual desempenhavam, perdem sua importância devido a separação que passaram a viver (Goffman, 2007).

Ainda, durante os dias que passavam no interior desses hospitais psiquiátricos, as situações de tortura física e psicológica, continuavam constantes. A humanidade desses indivíduos era cada vez mais apagada, e o tratamento animalesco se tornava comum nesses ambientes, com formas de testes laboratoriais sendo realizados nesses indivíduos, como, um exemplo que Foucault (1978), ocorria com a purificação de pessoas que possuíam melancolia:

Sonha-se com uma espécie de purificação total: a mais simples, porém também a mais impossível das curas. Ela consistirá em substituir o sangue sobrecarregado, grosso e cheio de humores acres do melancólico por um sangue claro e leve cujo movimento novo dissiparia o delírio. É em 1662 que Moritz Hoffmann sugere a transfusão sangüínea como remédio para a melancolia. (Foucault, 1978, p. 343).

Utilizado como tentativa de “curar” pessoas diagnosticadas com melancolia, por meio de purificar o sangue danificado pela doença, injetando o de uma pessoa “sadia”, o autor ainda chega a comentar que esse formato de técnica foi aprovado pela Sociedade de Filosofia de Londres. Portanto, durante o período dos séculos XVII-XIX, a vertente da segregação física das pessoas consideradas atípicas, de diversos níveis, era a forma comum da sociedade lidar com esses grupos, algo que posteriormente veio a influenciar em diversas instâncias o tratamento social desses grupos após o fim das internações.

5.2. SÉCULO XX E O CORPO ESTIGMATIZADO: ERVING GOFFMAN

Vindo de anos de reclusão, era comum de se esperar que esse formato de pensamento excludente ficasse entranhado no comportamento ético da sociedade, situação que foi observada por diversos autores do período. Análises recentes ponderam essa perspectiva, como a pesquisa realizada por Salles e Miranda (2016) com egressos de uma longa internação no Hospital Estadual Teixeira Brandão⁵, na cidade de Carmo. Após uma longa rotina de entrevista e acompanhamento da vida dos indivíduos que passaram parte de suas vidas internados, elas percebiam em seus relatos questões sobre dificuldade de adaptação com o pós saída do hospital psiquiátrico, “Mesmo vivendo na comunidade, essas pessoas, muitas vezes, parecem estar excluídas de um convívio social mais amplo, ficando limitadas às relações estabelecidas nos

⁵ Foi um Hospital Psiquiátrico, também conhecido como Manicômio, fundado em 1974 e desativado em 2005, no Rio de Janeiro.

serviços de saúde mental” (Salles; Miranda, 2016, p. 378). Comprovando que o simples fato de sair desse formato de reclusão social, não garante que haja a inclusão desses indivíduos na sociedade.

Ainda no século XX, o sociólogo canadense, Erving Goffman, apresenta diálogos bastante interessantes para os debates acerca da inclusão social dos indivíduos atípicos na atualidade, mesmo que na época não fosse tratado dessa forma. Um dos conceitos apresentados mais contemporâneos para esse nível de compreensão é a temática do Estigma, termo cunhado em sua obra homônima, chamada *“Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”* (1963). Nela, o autor debate sobre as questões que movem a sociedade à destratar aquilo que seja diferente, ou fuja das normas sociais basilares instituídas pelos membros dessa sociedade,

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (Goffman, 2008, p. 12)

O diferente, ou estranho, é a partir daí visto como algo diminuto de relevância social, e muitas vezes, até perigoso.

Compreende-se então, que a separação do ser atípico em relação com o manicômio pode de certo caso destituir as amarras físicas e estatais que ocasionaram uma segregação entre esses indivíduos, contudo, o modelo de exclusão partiu desse meio liberal, para uma conceituação mais abstrata, da segregação social e moral desse ser. A existência do estigma social em relação a esses grupos, continuava a perpetuar uma distinção entre as pessoas, consideradas “mentalmente instáveis” e aquelas que possuíam sua sanidade em total acordo. E é comum que esse tipo de ocasião cause um desconforto para ambos os lados, principalmente para aqueles estigmatizados, que apresentam uma forma de desconhecimento de como se portar em situações como essas, logo, “O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão.” (Goffman, 2008, p. 23). Ocasionando em um ambiente desestruturado e que gera pouca abertura para formas de inclusão.

Portanto, foi durante o período do século XX que os primeiros debates acerca da inclusão, e sobre a dificuldade de realizá-la, surgiram no ambiente acadêmico, Erving Goffman

durante diversos momentos de sua obra pondera sobre as questões que perpetuam a segregação daquele que vive em um linha fora do moral social, e como isso traz à esses indivíduos questões e julgamentos que os mesmos não possuem controle. O autor chega a trazer diversos relatos de pessoas com níveis distintos de deficiência, como uma garota que não possuía uma de suas pernas, e se sentia incomodada quando as pessoas as tratam como uma coitada que devia ser superprotegida, outra que era aleijada, logo andava mancando, e quando passeava pela rua crianças zombavam do seu jeito de andar. E um dos que melhor se encaixa na temática dialogada, acerca das pessoas atípicas, o de um ex-paciente mental:

"Ocorre também que se uma pessoa de baixa capacidade intelectual tem algum tipo de problema, a dificuldade é mais ou menos automaticamente atribuída a um "defeito mental", enquanto que se uma outra de "inteligência normal" tem dificuldade semelhante, esta não, é considerada como sintoma de qualquer coisa particular." (Goffman, 2008, p. 25)

Assim, o estigma em relação às deficiências atuam em diversos níveis, Bernardes (2024), apresenta três características que resumem de forma categórica o seu funcionamento no meio social: a primeira, seria a exploração e dominação, utilizadas para tornar esses grupos subordinados de um poder desigual, a segunda, seria a aplicação de normas, destituindo esses indivíduos de um caráter de liberdade, o forçando a seguir esses padrões sociais estabelecidos hierarquicamente, e por fim, a terceira, sendo a prevenção de doenças, que torna esse indivíduo marginalizado e passível de segregações físicas em nome da saúde, algo que inclusive já foi visto na período em que os manicômios estavam na ativa, mas aqui se instituem de formatos diferentes. Portanto, essas primeiras obras, ainda do século XX, garantiram o início do debate sobre questões que posteriormente seriam chamadas de anticapacitistas, funcionando como base para o diálogo sobre a invisibilidade do indivíduo atípico no quesito social.

5.3. SÉCULO XXI E SUAS CONQUISTAS NA LUTA PELA NEURODIVERSIDADE: JUDY SINGER

Quando se é traçada uma análise generacional acerca dos avanços das visões acerca das pessoas atípicas, o século XXI representa um grande retentor de avanços. com a abertura do pensamento sobre corpos estigmatizados na área social, diversos autores começaram a produzir obras e teorias acerca de vertentes anticapacitistas do pensamento social. A Socióloga australiana Judy Singer, ganhou notoriedade ainda no ano de 1998, ao publicar uma tese no final de sua graduação intitulada: *“Odd People In: The Birth of Community Amongst People”*.

Trabalho pioneiro na época por trazer para o debate acadêmico a temática da “Neurological Diversity”, que posteriormente se formulará o termo NeuroDiversity. Em seu texto, Judy apresenta a história da luta do Movimento Social em defesa dos direitos aos autistas, correlacionando com relatos pessoais, pelo fato de Singer também possuir o diagnóstico de autismo. Contudo, o diálogo mais aprofundado da autora com a “NeuroDiversidade” ocorreu em sua obra: *“NeuroDiversity: The Birth of an Idea”* (2016).

O conceito de neurodiversidade propõe uma releitura fundamental das pessoas atípicas, compreendendo-as como sujeitos sociais cujas características neurológicas representam variações naturais no aspecto da biologia humana, e não falhas que diminuem quem elas são enquanto pessoa. Dessa forma, busca-se romper com a visão de que a diferença neurológica anula a igualdade de direitos ou a dignidade social. Nesse contexto, Singer (2017) descreve:

Eles se identificavam com uma diferença neurológica "inata", não cum desvio de personalidade causado por conta própria, nem com um problema psicológico resultante de uma criação inadequada. E estavam prestes a abalar as ortodoxias vigentes não apenas nas áreas médica e psiquiátrica, mas também nos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência da época.. (Singer, 2017, p. 10, tradução própria)⁶

Essa ruptura epistemológica impulsionou diversos movimentos de luta anticapacitista ao redor do mundo. Ao deslocar a neurodivergência do campo da doença para o campo da identidade política, se perpetuou uma conscientização social que não busca a padronização dos corpos e mentes, mas sim uma inclusão pautada no respeito à biodiversidade humana.

Diversas formas de divulgação midiáticas auxiliaram para o desenvolvimento desse pensamento a favor das pessoas Neurodivergentes, termo que começou a ser utilizado nesse período, vindo exatamente do conceito de “NeuroDiversidade”. A internet, em particular, funcionou como uma ferramenta protética essencial para essa comunidade, permitindo a superação do isolamento geográfico e social. Conforme observa Singer (2017):

Em um fórum como o InLv, graças à presença de pessoas com níveis significativos de especialização em áreas como neurologia e advocacia, os membros são extremamente bem informados não apenas sobre medicamentos e neurologia, mas

⁶ No original: “They identified as having a “hardwired” neurological difference, not a personality flaw that was their own fault, nor a psychological problem caused by bad parenting. And they were about to shake up the existing orthodoxies of not only the medical and psychiatric establishments, but also of the disability rights movements of the era.”

também sobre seus direitos e prerrogativas, com as informações mais recentes sendo regularmente compartilhadas. (Singer, 2017, p. 80, tradução própria)⁷

Ao destacar o InLv, a autora demonstra como esses espaços virtuais transcenderam a função de simples grupos de apoio. Eles se tornaram pólos de produção de conhecimento e empoderamento, onde o compartilhamento de saberes técnicos forneceu a base argumentativa necessária para estruturar a luta anticapacitista e reivindicar direitos políticos para a neurodivergência.

Com a expansão desse discurso e sua crescente adesão social, os reflexos não se limitaram ao campo teórico, atingindo também transformações institucionais e legislativas. No cenário brasileiro, um dos primeiros marcos dessa mudança foi a superação do modelo manicomial, com a consolidação da Lei nº 10.216 de 2001. Conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, essa norma representou uma conquista histórica da Luta Antimanicomial no início do século XXI. O §3º do seu Art. 4º determina:

É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º (Brasil, 2001).

Tal norma instituiu o banimento das estruturas de reclusão asilares, priorizando o tratamento em liberdade, embora não exclua a possibilidade de internação em casos excepcionais, desde que garantida a assistência integral. Conquista que foi ampliada posteriormente pela Lei nº 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Além de que, no âmbito educacional, houve o fortalecimento da perspectiva inclusiva com a reafirmação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, atualizada e regulamentada pelo Decreto nº 12.686 de 2025 (BRASIL, 2025).

Embora Judy Singer seja mundialmente reconhecida como a responsável por cunhar o termo “Neurodiversidade”, a própria autora questiona esse protagonismo, reconhecendo que o conceito foi fruto de uma construção coletiva. Ao dizer que “a ideia da neurodiversidade estava aí espírito do tempo, esperando por um vetor humano para expressá-la. Eu sei que eu não precisei de muita energia para defini-la. O conceito já era bastante popular por uma miríade de

⁷ No original: “In a forum like InLv, thanks to the presence of people with significant levels of expertise in areas such as neurology and advocacy, members are extremely knowledgeable not only about drugs and neurology, but about their rights and entitlements, with the latest information regularly being traded.”

narrativas e debates.” (Singer, 2017, p. 22, tradução própria)⁸, a socióloga constata que as sequências de ações que culminaram na criação dessa ideia, tão importante para as conquistas do movimento anticapacitista, vieram de diversas instâncias de lutas sociais e procuras de direitos, não se colocando como protagonista de uma luta que representa diversos grupos da sociedade, mas compreendendo que a atuação dela faz parte de um, dos diversos fatores, que auxiliaram a movimentar essa ideia e ocasionar em uma grande crescente da temática.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Seguindo com uma análise correlacional dos pontos destacados, observa-se que a trajetória da percepção social acerca da neurodivergência não representa um caminho linear, mas sim um percurso marcado por complexas transições conceituais e lutas políticas. Os séculos XIX, XX e XXI apresentam rupturas entre si, configurando saltos sociais significativos. O tratamento inicial do sujeito neurodivergente sob a figura do “Louco”, assim como Foucault (1978) relata ocorrer no período dos séculos XVII-XIX, perpetuou, tanto institucional quanto socialmente, uma imagem desumanizada desses grupos, estabelecendo o enclausuramento como a única resposta possível para a gestão da diferença. A legitimação dessa prática pela medicina e por instituições religiosas da época consolidou no imaginário social a crença na correção por meio do enclausuramento. Essa herança cultural fez com que, mesmo após o fim das internações, a visão da população permanecesse, por muito tempo, influenciada por uma ideia segregacionista.

Nesse cenário, em que as barreiras físicas dos manicômios começam a ruir, mas as barreiras sociais persistem, a teoria de Erving Goffman sobre o Estigma torna-se a chave para compreender a base desse modelo de segregação. Ao definir o estigma como uma marca que desconsidera a identidade social do sujeito, o transformando em um ser que não merece o olhar de igualdade, Goffman (2008) denuncia que a exclusão não depende de muros, mas da recusa da sociedade em aceitar a diferença. Essa perspectiva demonstra que a visão segregacional se manteve ativa nas interações cotidianas, onde o indivíduo, embora livre da internação, continua preso na obrigação de seguir normas subentendidas da sociedade, que o mesmo não conseguia cumprir ou se encaixar. Foi justamente a exposição dessa dinâmica, em que o problema deixa

⁸ No original: “the idea of neurodiversity was out there in the Zeitgeist, waiting for a human vector to express it. I knew that I did not need to put too much energy into defining it. The concept was ready to be populated by a myriad narratives and debates.”

de ser a “doença” do indivíduo e passa a ser a intolerância do “não-normal”, que permitiu a transição para uma nova compreensão acerca de que as problemáticas não eram apenas institucionais, mas também sociais.

Assim, a necessidade de desconstruir o estigma relacionado às pessoas neurodivergentes tornou-se uma das principais pautas do século XXI. O conceito de Neurodiversidade, popularizado pela socióloga Judy Singer, trouxe para o debate acadêmico e popular, ideias que circulavam, quase que em sua totalidade, apenas em grupos de ativismo. A compreensão do indivíduo atípico não como um ser distinto, ou “doente”, mas sim como um sujeito com funcionamento neurológico singular e igual aos outros em sua humanidade e direitos, protagonizou uma transformação na realidade desses sujeitos. Esse novo paradigma impulsionou diversas formas de inclusão, tanto sociais quanto institucionais. Desta forma, os diversos aspectos apresentados, evidenciam como a visão social acerca desses grupos foi marcada por profundas mudanças geracionais, caminhando de uma estrutura segregacional para um modelo que, finalmente, preza pela inclusão e pela cidadania.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a história da neurodivergência não é apenas uma narrativa sobre a evolução da medicina ou psicologia, mas, sobretudo, uma história sobre as transformações da moralidade e das estruturas de poder na sociedade. Ao percorrer os séculos XIX, XX e XXI, constatou-se que a percepção sobre o indivíduo atípico passou por diversas vertentes distintas uma das outras, saindo de uma realidade de exclusão social e animalização, para uma realidade de reivindicação de direitos e garantia de sua humanidade aos olhos da realidade social.

A análise teórica revelou que as muralhas físicas denunciadas por Michel Foucault no século XIX, embora derrubadas legalmente por diversas conquistas do movimento antimanicomial, como a Lei da Reforma Psiquiátrica aqui no Brasil, diversas marcas simbólicas dessa segregação se mantiveram entranhadas na sociedade. Como demonstrado através da ótica de Erving Goffman, no século XX, a sociedade passou a produzir formas de controle social por meio da exclusão, não só física, mas social e psicológica das pessoas atípicas. Utilizando o estigma como base, o indivíduo que fugia das normas instituídas tanto era tratado como invisível pela sociedade, quanto o próprio ser estigmatizado ficava receoso de interagir com outras pessoas no cotidiano, já com medo do julgamento

Contudo, é no século XXI, com a emergência do conceito de Neurodiversidade, criado pelas lutas anticapacitistas, e popularizado por Judy Singer, é onde se observa a ruptura social mais representativa e marcante. É nesse período onde a percepção acerca das pessoas neurodivergentes começam a partir de uma idealização negativa, para algo mais positivo. O deslocamento da neurodivergência do campo da doença para o campo da identidade e luta política é a base que sustenta as legislações modernas, como no caso do Brasil, as Lei nº 13.146 (Brasil, 2015) que abrange a necessidade da inclusão no país, e o Decreto nº 12.686 (Brasil, 2025), que tenta promover institucionalmente a necessidade de uma educação inclusiva. Por fim, esta pesquisa conclui que a existência de uma maior abertura para o debate social acerca da inclusão de pessoas neurodivergentes deriva, não de uma adesão social ao pensamento anticapacitista, mas sim de uma complexa construção histórica de conceitos e de lutas.

8. REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Liliane Cristina Gonçalves. **O impacto do capacitismo: a discriminação contra pessoas com deficiência que amplia desigualdades**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/a2a0f147-32b0-4bed-b50e-553da4479274>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 173–183, 2003.
- FIGUEIRÊDO, Marianna Lima de Rolemberg; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v. 2, n. 2, p. 121–136, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cdghumanas/article/view/1797>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 13. ed. São Paulo: Edições Graal, 1997.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SALLES, Anna Carolina Rozante Rodrigues; MIRANDA, Lilian. Desvincular-se do manicômio, apropriar-se da vida: persistentes desafios da desinstitucionalização. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 369–379, 2016.

SINGER, Judy. **Neurodiversity: the birth of an idea. Edição revisada.** [S.l.]: Judy Singer, 2017. E-book.

SINGER, Judy. **Odd people in: the birth of community amongst people on the “Autistic Spectrum”: a personal exploration of a new social movement based on neurological diversity.** 1998. Thesis (Bachelor of Arts Social Science Honours) – Faculty of Humanities and Social Science, University of Technology, Sydney, 1998.